

PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO			
1.1. Título	Educação para Cidadania		
1.2. Código e Área do Conhecimento segundo tabela CAPES	Ciências Humanas (CAPES 7.00.00.00.0)		
1.3. Dep/Câmpus responsável	Departamento de Áreas Acadêmicas – câmpus Formosa		
1.4. Nome do Coordenador do Curso:	Luís Cláudio R. Henriques de Moura	1.4.1. Titulação: Doutor	
1.4.2. E-mails	lchmoura@bol.com.br ; luis.moura@ifg.edu.br		1.4.3. Telefone: (61) 3642 9492
1.5. Carga Horária Total	460 horas (incluindo TCC)	1.5.1 Duração: (máximo 24 meses)	1.5.2. N° de Vagas 30 vagas (sendo 06 reservadas aos servidores da instituição)
1.6. Período previsto para a realização do curso	Início: 1º/2019	Término: 1º/2020	
1.7. Funcionamento	Dias da semana: Sexta e Sábado	Horário: Sex – 18 às 22h e Sáb – 08 às 18h	
1.8. Público alvo	Docentes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública e privada, e licenciados e graduados em geral.		

2-ESTRUTURA

2.1. Apresentação (até 2 páginas)

A proposta de curso que se segue baseia-se na necessidade de ampliar e qualificar a formação dos profissionais da Educação para o tratamento das questões da Cidadania, da Diversidade e dos Direitos Humanos. Compreendendo a relevância dessas temáticas em nossa cultura e, portanto, a importância de um tratamento qualificado que eles demandam, o curso visa aprofundar o conhecimento de professores e outros profissionais da educação, de maneira que eles possam contribuir para uma proposta educativa que atue para a superação das diversas formas de discriminação e desigualdade que se encontram em nossa sociedade.

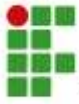
Tal proposição encontra amplo respaldo em nossa legislação nacional, especialmente naqueles instrumentos que tratam dos objetivos e diretrizes da educação brasileira, e que atestam sua pertinência pedagógica. O texto constitucional é explícito ao determinar em seu parágrafo 3º que, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, está a promoção “do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2012). A exigência da redução das desigualdades sociais e regionais integra o mesmo dispositivo constitucional, que, por sua vez, avança na proposta de garantir a igualdade entre homens e mulheres. Faz-se necessário também recordar o histórico e a emergência temática das questões socioambientais que vêm impactando profundamente na (re)produção das relações sociais, de modo que, no início do século XXI, alcançou um novo patamar o debate da Educação Ambiental. Poderíamos ainda recorrer à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor ou mesmo à Lei Nº 11.892 de criação dos Institutos Federais de 2008. É fundamental, portanto, ressaltar que o exercício da cidadania é apontado como um dos objetivos da educação.

Considerando tais questões, referentes à cidadania ou à falta dela, que são formativas e amplamente presentes na sociedade brasileira, visamos ofertar uma pós-graduação *lato sensu* que articule questões sociais e educativas, primordiais em nossa organização como sociedade nacional. Apresentamos uma formação que passa pela abordagem sócio-histórica, pela reflexão crítica, pela problematização da constituição de identidades, de representações, de políticas públicas, de Movimentos Sociais, de defesa da diversidade e da igualdade para uma sociedade mais justa e sustentável, contribuindo para superar uma recorrente lacuna na formação dos profissionais da educação.

Visamos a uma especialização em áreas específicas da Cidadania, voltadas para a constituição e aproveitamento do saber docente. A cidadania como um elemento central do trabalho docente, não apenas dentro da perspectiva esperada do conteúdo em si, mas também como uma formação que leve o profissional da educação a refletir sobre sua prática relacionada aos pontos temáticos da especialização. Assim, o curso busca partir da discussão e do aprofundamento da ideia da cidadania, apresentá-la no que consideramos quatro eixos do seu exercício: **os Direitos Humanos; as Relações Étnico-raciais, história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; as relações de Gênero e Sexualidade e a relação entre o Ambiente e a Sociedade.**

Dessa maneira, a proposta apresenta um curso estruturado em torno das Ciências Humanas, de maneira que seja possível oferecer uma matriz curricular e uma formação multi e interdisciplinar aos estudantes. Propomos um curso *Lato sensu* que articule áreas centrais na formação e pesquisas das Ciências Humanas, mais especificamente junto às Ciências Sociais, enfatizando as perspectivas relacionadas ao campo da Educação e da Cidadania. A importância, e ao mesmo tempo a complexidade desses temas (Cidadania, Relações étnico-raciais, Gênero, Meio Ambiente), sobretudo no fazer docente, apresentam-se como um amplo campo de Ensino, Pesquisa e Extensão. Por meio da formação continuada em nível de pós-graduação, buscamos promover a qualificação de profissionais da educação de diversas áreas do conhecimento que enfrentam o dia a dia da sala de aula, tanto no ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, em instituições públicas e privadas de ensino, bem como a qualificação dos estudantes das licenciaturas que ofertamos e dos servidores do IFG.

O campus Formosa apresenta um quadro diversificado de profissionais pós-graduados, com



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

--

2.2. Justificativa (até 4 páginas)

O curso de Pós graduação *Lato Sensu* “Educação para a Cidadania” justifica-se por estes pontos: formação continuada aos estudantes das licenciaturas em Ciências Sociais e Ciências Biológicas; formação e aprimoramento do saber de professores seguindo as legislações atuais sobre educação e cidadania; contribuir para a formação dos professores que atuam no município e entorno de Formosa; contribuir para o cumprimento da legislação do IFG e para fixação do câmpus como polo regional formador de professores; aprofundar a formação de licenciados no tocante a questões de cidadania, gênero, relações étnico-raciais, educação socioambiental e amparo didático-pedagógico aos docentes para o enfrentamento dessas questões em sala de aula. Apresentaremos abaixo, com maiores detalhes, as questões pontuadas.

A oferta de um curso de pós-graduação *Lato Sensu* visa expandir e aprofundar a formação na área de Ciências Sociais e Educação já ofertados pelo IFG no município de Formosa em nível de graduação. Com a especialização – estimada, aliás, para ter-se iniciado ainda em 2012 conforme o Projeto de Desenvolvimento Institucional (2012-2016) –, pretendemos contribuir mais efetivamente com a formação de professores que atuam e/ou atuarão preferencialmente no município de Formosa. Pretende-se ainda impulsionar a consolidação da instituição no município e na região, disponibilizando uma pós-graduação gratuita que atenderá o corpo docente atual e futuro do município de Formosa e seu entorno.

A proposta do curso em questão baseia-se no pressuposto da necessidade de ampliar e qualificar a formação dos docentes e outros profissionais da educação para o tratamento das questões da Cidadania, da Diversidade e dos Direitos Humanos. A importância do tratamento das temáticas ligadas à diversidade e cidadania também pode ser verificada no Plano Nacional de Educação, de 2014, que, dentre suas diretrizes, afirma que a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” e “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”, nos seus incisos III e X, respectivamente (BRASIL, 2014), são obrigações e garantias do Estado a serem apoiadas e impulsionadas. A igualdade de condições, a liberdade de ensinar e aprender, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância são ainda apresentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como princípios pelos quais o ensino deve se pautar.

A partir disso, podemos assinalar que, nos marcos legais, a educação é destacada como um meio para a superação de desigualdades e discriminações não apenas no interior das escolas, mas na sociedade como um todo, como caminho para o exercício da cidadania e do respeito aos Direitos Humanos. Compreendemos, porém, que as exigências legais e curriculares criadas e implementadas nem sempre são abordadas suficientemente pelas licenciaturas, colocando por vezes o professor em exercício em situações de dificuldades no tratamento de algumas questões em sala de aula. Desta forma, em cumprimento às diversas legislações, o presente curso busca preparar e qualificar os professores para a reflexão e o ensino das questões da diversidade de gênero, das relações étnico-raciais e das relações da sociedade com o ambiente. Nesse sentido, apresenta como objetivo, em consonância com as diretrizes da educação nacional, contribuir para que os profissionais da educação básica e superior possam atuar qualificadamente enquanto educadores, propiciando aos educandos as condições teórico-práticas necessárias e fundamentais ao enfrentamento das desigualdades e ao exercício da cidadania.

1 – Direitos Humanos e Educação

Os direitos humanos e a cidadania apresentam-se, portanto, como bases fundamentais e imprescindíveis dos mais diferentes tipos de documentos educacionais, sejam eles de caráter normativo ou de natureza propositiva. Caracterizam-se, nesse sentido, por expressarem um conjunto de categorias e valores que orientam a vida democrática.

A educação em direitos humanos é, no entanto, um campo recente tanto no contexto brasileiro quanto no latino-americano, embora vários documentos internacionais apontem, há tempos, a necessidade dessa articulação (TAVARES; BALLESTRERI (2007, p. 488). O lançamento do Plano

Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em 2003 teve, dentre seus objetivos, o intuito de suprir essa carência, dando àquela sempiterna vinculação entre direitos humanos e educação um tratamento mais sistemático e multidimensional, conforme supunha a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) ao abordar o processo de formação dos cidadãos enquanto sujeito de direitos.

Para tanto, a Educação em Direitos Humanos está fundamentada na articulação entre as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (PNEDH, 2007, p. 25).

O estabelecimento, em 2012, das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução Nº 1, de 30/05/2012) buscou dar efetividade ao PNEDH, explicitando a Educação em Direitos Humanos como um dos eixos fundamentais do direito à educação, voltada “ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas” (Art. 2º). Trata-se de promover a educação para a mudança e a transformação social, ao se buscar como princípios da formação cidadã a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, a vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental (Art. 3º).

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* “Educação para a Cidadania” visa contribuir para que a Educação em Direitos Humanos se difunda e consolide no Brasil e, particularmente, na mesorregião do Leste Goiano e na microrregião do Entorno do Distrito Federal, passando a integrar como componente curricular obrigatório os mais distintos cursos, nas mais diversas áreas de conhecimento, destinados à formação inicial e continuada dos profissionais da educação (Art. 8º e 9ª)

2 – Questões de Gênero e Educação

O tratamento específico da temática das relações de gênero e da sexualidade também encontra sua pertinência pedagógica respaldada em diversos documentos que são referência para os diversos níveis da educação. Podemos encontrar referências aos temas recomendados para os diferentes níveis previstos para a educação nacional, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, por exemplo, fazem-se recomendações para que se construam novas formas de sociabilidade e subjetividade que possam romper com diversas formas de discriminação e dominação, entre elas, a “etária, socioeconômica, étnico-racial, **de gênero**, regional, linguística e religiosa” (BRASIL, 2009). O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) questiona claramente os papéis de gênero estabelecidos e sua transmissão acrítica às crianças, indicando aos educadores que trabalham com a faixa etária de zero aos seis anos a desconstrução desses mesmos papéis. Recomenda-se, em suas orientações didáticas, a adoção de uma nova postura, inclusive no uso de brincadeiras:

É importante possibilitar diferentes movimentos que aparecem em atividades como lutar, dançar, subir e descer de árvores ou obstáculos, jogar bola, rodar bambolê etc. Essas experiências devem ser oferecidas sempre com o *cuidado de evitar enquadrar as crianças em modelos de comportamentos estereotipados, associados ao gênero masculino e feminino*, como, por exemplo, não deixar que as meninas joguem futebol ou que os meninos rodem o bambolê. (BRASIL, RCNEI, 1998, p. 37).

Podemos encontrar menção às temáticas da sexualidade, da identidade de gênero e das relações de gênero nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2010), para o Ensino

Médio (BRASIL, 2012) e também para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012). Elas aparecem como conteúdos que devem ser considerados no projeto político-pedagógico das escolas, como medida de enfrentamento e superação de formas de violência e discriminação, constituindo assim instrumento de promoção dos Direitos Humanos.

Outro aspecto importante é a inclusão da “Orientação sexual” como um dos temas transversais a serem tratados no Ensino Fundamental, conforme estabelecido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) para essa fase da escolarização. No tratamento da temática,

Propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elege como seus (BRASIL, 1997, p. 300).

Postas essas questões, fica ressaltada a necessidade de qualificar os profissionais que trabalham com a temática, visto que os temas que envolvem as relações de gênero e a sexualidade são controversos em nossa sociedade, e isso não é diferente para os professores. É necessário que a formação docente possa abarcar e qualificar o desenvolvimento dessas questões, como exemplificam Viana e Unbehaum (2006, p. 420):

A sexualidade é um tema cercado de tabus, valores culturais e morais, e de difícil abordagem para a maioria das professoras e professores. É preciso orientá-los para uma utilização de conteúdos de gênero que considerem os padrões de conduta estabelecidos culturalmente, os quais, por exemplo, impedem a mulher de exigir de seu parceiro o uso do preservativo.

Sem essa abordagem contemplada nesta proposta de especialização, o tratamento dos conteúdos tende, portanto, a permanecer na superficialidade sem poder atingir os objetivos propostos pelos documentos orientadores.

3 – A questão das relações étnico-racial

Historicamente o Brasil presenciou o racismo como uma das mais fortes características constituintes de sua sociedade. A escravidão, primeiro indígena, e depois africana, negra, foram partes essenciais de sua formação social, desde o início do processo de ocupação e colonização de terras, naquele momento, reivindicadas e apoderadas pelas coroas portuguesa e espanhola. A escravidão por cor tornou-se uma das principais formas de mão de obra, sendo essencial para o desenvolvimento do capital colonial desde o início da modernidade, que chegava de maneira geral à América.

A submissão e a hierarquização de povos distintos, visando à mão de obra, não estavam restritas ao tema do trabalho, mostrando-se em algo amplo que permeava a vida transatlântica, em sua total ideologia, durante os mais de trezentos anos nos quais ocorreu a reiterada subjugação de homens, mulheres e crianças. O domínio de um saber considerado superior, no caso o europeu, produziu uma dominação profunda dos habitantes do Novo Mundo, desde o século XV, com a construção da alteridade que envolvia os povos americanos (TODOROV, 2010). Em sua concepção intelectual, o processo de escravidão foi tanto fruto do racismo europeu como também um aspecto da forma de sociabilidade constituída localmente, entranhando-se na sociedade brasileira, ocupando profundamente as mentalidades do que seria este futuro país. A produção de teorias racistas, como o darwinismo social, realizada em nossos centros de pesquisa e ensino por diversos intelectuais estrangeiros e nacionais, ocupou relevante espaço no imaginário social concebido durante os séculos XIX e XX (SCHWARCZ, 2001).

Esse quadro sócio-histórico produziu uma ideia de negatização, desvalorização e negação da história e da cultura afro-brasileira, assim como indígena. Desta forma, além de um acentuado quadro

de desigualdades socioeconômicas, houve a prevalência de um racismo com base na cor e nas tradições africanas e indígenas no Brasil (D'ADESKY, 2001). Segundo Giralda Seyferth (2002), no combate ao preconceito étnico-racial, “é necessário desarticular-se de uma visão histórica em que não houve espaço para os povos negros, indígenas e mestiços, classificados ao longo dos tempos como sendo raças bárbaras”(SEYFETH, 2002, p. 36). Com esse objetivo, busca-se fugir das ideias estabelecidas pela branquitude, de traços e aparências de uma cultura Europeia, totalmente fora dos padrões raciais brasileiros.

O Brasil, um dos últimos países do Ocidente a abolir a escravidão, traz em sua história e em seu presente traços profundos da desigualdade social produzida desde sua colonização. A desconstrução de práticas, valores e símbolos que reproduzem as desigualdades são urgentes e necessárias em nossa sociedade. A título de exemplo, basta citarmos as disparidades (por sexo, cor e raça) na proporção dos estudantes de 18 a 24 anos de idade que frequentam o ensino superior (IBGE, 2015). Apesar dos avanços em termos absolutos, a desigualdade continua se reproduzindo nos dados mais recentes em termos relativos: se, em 2004, a população branca era representada por 47,2% dos estudantes de 18 a 24 anos de idade presentes no ensino superior, enquanto pretos e pardos abarcavam 16,7%, em 2014, esses grupos estavam representados, respectivamente, por 71,4% e 45,5% (IBGE, 2015, p. 52).

Em busca de combater as desigualdades que envolvem a questão racial no Brasil, por meio dos processos de escolarização, em 09 de Janeiro de 2003, o Conselho Nacional de Educação (CNE) introduziu na Lei 9.394/1996 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos das instituições de ensino público e particulares da educação básica e, nas universidades, a obrigatoriedade para os cursos de Licenciaturas. A ação visa à inclusão de conteúdos referentes à história da África e dos Africanos, cultura negra, a luta do negro na sociedade. Com a Lei nº. 10.639/03, busca-se a obtenção de um resgate histórico do povo negro nas áreas políticas, econômicas e culturais ao longo da formação brasileira, dando-se ênfase, no caso da educação básica, à inserção desses conteúdos por meio da literatura, arte e história brasileira, a serem abordados de maneira transversal a todos os componentes curriculares presentes nas diretrizes desse nível de ensino. Posteriormente, visando aprofundar a promoção da igualdade racial no país, avançou-se na lei incluindo as questões indígenas junto ao currículo escolar e universitário com a Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino em escolas e universidades da História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena.

Para tanto, é necessário que se reorganize alguns elementos que envolvem o sistema educacional do país, articulando saberes, readequando licenciaturas e revendo posições políticas. Em consonância com os apontamentos legais:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afrobrasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL 2004).

Entre as diversas adequações que escolas e instituições superiores de ensino precisam passar para atender adequadamente as leis, nos dedicamos a analisar mais especificamente a formação do docente, um elo importante na construção da reflexão social e na compreensão histórica da construção nacional. Para Silva e Barbosa, “os professores, da educação infantil ao ensino superior, têm importante papel no fortalecimento da identidade negra, que se constrói nos embates provocados pela ideologia do branqueamento” (SILVA; BARBOSA, 1997, p.13).

Essas leis dão oportunidades de se construir uma educação mais completa, inclusive contribuindo para a ampliação da identidade brasileira; é, outrossim, uma possibilidade de revisitar o ensino nacional, no que toca as questões étnico-raciais. A educação das relações interétnicas procura conscientizar política e socialmente indivíduos, agindo por intermédio de abordagens de questões históricas, produzindo ações de combate ao racismo. Tornou-se também de responsabilidade dos sistemas de ensino incentivar as pesquisas sobre valores, visões de mundo, conhecimentos afro-

brasileiros e povos indígenas, buscando a ampliação e fortalecimento das bases teóricas para a educação brasileira (BRASIL, 2004)¹.

Para esse fim, como pode ser acompanhado na lei, as escolas e as Instituições de Ensino superior são responsáveis por combater o racismo e a promover novas representações sociais da sociedade brasileira, considerando a educação cidadã como um dos seus objetivos. Os percalços deparados nesta primeira década estendem-se desde a formação inadequada de professores, material didático ultrapassado, defasagens na elaboração de matrizes curriculares, os espaços secundarizados para o componente no currículo, entre outros entraves à promoção da igualdade racial (SILVA, 2007; GOMES, 2011; JESUS, 2001). A pós-graduação aqui pleiteada busca contribuir para a superação desses percalços.

4 – Sobre questões ambientais

A temática socioambiental é de suma importância para a construção e o exercício da cidadania plena. A humanidade tem causado graves alterações no equilíbrio ambiental do planeta, gerando muitas preocupações nos órgãos multilaterais, governos nacionais, organizações não-governamentais, grupos de cientistas e nos cidadãos atentos à questão. A degradação dos ambientes naturais tem impactos profundos na vida humana, piorando a qualidade de vida de todos e aumentando as desigualdades, já bastante graves a ponto de serem consideradas o principal problema do capitalismo no século XXI (PIKETTY, 2014).

Em “Capitalismo e colapso ambiental” (MARQUES, 2016), encontramos uma síntese dos problemas enfrentados, enumerados nos capítulos do livro: diminuição e degradação das florestas; dificuldades com águas e solos; insegurança alimentar; lixo, efluentes e intoxicação industrial; combustíveis fósseis; mudanças climáticas; demografia e democracia; colapso da biodiversidade. Considerando a possibilidade de alcançarmos (ou de já termos alcançado) um ponto de onde não é possível retornar, o que significa que a resiliência do planeta estaria comprometida, urge abordar essas questões para que possam ser enfrentadas.

Dessa forma, é preciso formar quadros aptos a lidar com essas questões e a mobilizar a sociedade para encarar o problema. Professores e outros educadores, pesquisadores, gestores públicos, membros de organizações não governamentais, lideranças locais e globais, todos têm um papel importante nesse combate e precisam estar bem informados sobre o assunto para que possam intervir de forma salutar. Não basta boa vontade, é preciso possuir os conhecimentos adequados, caso contrário a situação pode se agravar.

Os saberes ambientais, produzidos tanto pelas ciências quanto por comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, camponeses, etc), são centrais para fazermos face a esse enorme desafio. Nos diversos campos da ciência, é preciso enfrentar as barreiras disciplinares e as velhas resistências para promover o trabalho inter e transdisciplinar, pois essa abordagem é crucial se quisermos ser efetivos. Também é preciso que as ciências reconheçam o valor dos conhecimentos tradicionais, tratando-os como outra epistemologia, tão legítima quanto a própria ciência (HISSA, 2008). Tendo isso em mente, é preciso conhecer o histórico das relações entre a humanidade e o meio ambiente, o que a história ambiental procura fazer. Estudar a história dessas relações permite compreender que elas não ocorrem da mesma forma em todos os tempos e sociedades. Se a sociedade ocidental foi construída com base em formas predatórias da natureza, isso não significa que todas as sociedades tenham a mesma configuração. Ou seja, se em outros tempos e lugares foi diferente, no futuro isso também pode ocorrer.

A história ambiental fornece conhecimentos importantes para intervir no presente, causando impactos positivos no futuro. Esclarece também que o distanciamento entre as ciências humanas e as questões ambientais não precisa ser mantido. Ao contrário, equipes multidisciplinares promoverão avanços mais rápidos e encontrarão respostas mais adequadas para os problemas complexos que

¹ Em 2008, os povos indígenas brasileiros, aproveitando o avanço do movimento negro, conseguiram que a História e Cultura indígena fizessem parte dos saberes escolares e universitários, por meio da Lei nº 11.645.

vivenciamos.

A produção de alimentos é um tema-chave para a constituição e a manutenção de nossas sociedades. Sendo a agricultura a base de sustentação da vida humana, cabe conhecer as formas de produzir e os impactos que causam ao planeta. Assim temas como a revolução verde, o uso de agrotóxicos, os organismos geneticamente modificados, a monocultura, a concentração de terras, a transformação da produção em *commodities*, entre outros, precisam ser conhecidos e debatidos de modo que possamos pesar as vantagens e desvantagens desse modelo.

Sabendo que há alternativas eficazes e muito menos danosas ao ambiente e à sociedade, cabe apresentá-las para que se supere a falsa oposição entre a agricultura antiga e a moderna: a primeira seria rudimentar, com pouca produtividade e tecnologias inadequadas, incapaz de atender a demanda de alimentos da humanidade; a segunda, ao contrário, teria altos índices de produtividade e aproveitaria tecnologias de ponta, sendo, portanto, a mais adequada. Assim apresentar a agroecologia cumpre um papel essencial para superar mitos disseminados e demonstrar a viabilidade de formas produtivas alternativas ao modelo hegemônico. A promoção de uma sociedade menos desigual e mais equilibrada em sua relação com o meio ambiente é uma consequência da adoção desse outro paradigma produtivo.

As cidades, por sua vez, são um espaço muito importante para a temática socioambiental. Tanto porque nelas vivem a maior parte da população do mundo quanto porque ali se concentram muitos dos problemas percebidos, é preciso pensar sobre esse espaço para compreendê-lo e nele intervir. Nas grandes cidades constatamos altos índices de contaminação de água, terra e ar, chuva ácida, falta de saneamento, violência, desigualdade, dificuldade na mobilidade, habitações precárias, problemas de saúde, entre outros. Ao mesmo tempo, também há diversas alternativas que já têm sido pensadas e executadas, o que faz das cidades mais do que um observatório de problemas: ali também estão muitas das soluções que procuramos.

Por isso, é crucial mostrar os problemas das cidades, para que se saiba a extensão dos danos. Porém apenas abordar os problemas e criticá-los não resolvem, pois há soluções já existentes para a produção de alimentos nas cidades, a mobilidade urbana, a habitação, a desigualdade, o acesso aos bens públicos, a saúde, o uso racional dos recursos naturais, de modo a converter as áreas urbanas em espaços sustentáveis e melhores para vida humana e não-humana.

Os problemas ambientais e sociais ensejaram o surgimento de diversos movimentos, alguns mais concentrados nos primeiros, outros nos segundos. É certo que os movimentos socioambientais cumprem funções educativas, mas também é importante pensar a educação ambiental como forma de difundir os conhecimentos sobre os temas relacionados ao ambiente e à sociedade. A educação formal tem um papel central na produção de conhecimentos sobre o tema, através do debate nas escolas e outras instituições, como sindicatos, igrejas, cooperativas, associações e Organizações não Governamentais (ONGs). Ademais, cabe também pensar na educação não formal, que alcança outro tipo de público, muitas vezes alienado e, portanto, não vinculado a nenhum grupo organizado.

Esses temas e ferramentas permitem que se forme um quadro bastante amplo dos diversos problemas e soluções referentes às questões socioambientais. O cidadão que passar por essa formação terá a capacidade de analisar criticamente a sociedade em que vive e de pensar em alternativas para os problemas que detectar, compreendendo que as ações individuais são apenas uma pequena parte de sua atuação, e que apenas ações coletivas e articuladas serão capazes de enfrentar essa grave crise.

Assim, considerando as questões acima discutidas, compreendemos a importante contribuição que uma pós-graduação pode trazer à região formosense, possibilitando diversos ganhos no campo da educação e da cidadania.

2.3. Objetivo Geral

- Qualificar profissionais que atuam (ou que atuarão) no campo da educação, aprofundando seus conhecimentos sobre os temas ligados à cidadania, à diversidade e aos direitos sociais e ambientais.

2.3.1. Objetivos Específicos

- Contribuir para a formação crítica dos profissionais para a análise multidimensional da sociedade;
- Contribuir para a formação de profissionais que promovam a articulação do ensino e da pesquisa;
- Contribuir para o enfrentamento dos problemas sociais e para o desenvolvimento regional;
- Colaborar para a formação ética, humanística e com responsabilidade social;
- Capacitar o profissional para a articulação entre teoria e prática no desempenho de suas atribuições;
- Aprofundar o conhecimento em conteúdos históricos, filosóficos e sociais sobre Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, Gênero e questões socioambientais;
- Promover o conhecimento de normativas relacionadas ao tema da cidadania;
- Aprimorar a didática de professores em abordagens dos temas de cidadania em sala de aula;
- Contribuir para a pesquisa na área de Direitos Humanos.

2.4 Perfil do Egresso

Aos profissionais que concluírem o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em “Educação para Cidadania”, caberá aptidão para a pesquisa e a reflexão sobre a realidade histórico-sócio-cultural e sobre os compromissos éticos e sociais dos indivíduos. Busca-se a capacitação de um educador-pesquisador capaz de operar com teorias, conceitos e métodos próprios às temáticas da cidadania, da diversidade, dos direitos sociais e ambientais, tanto no exercício do magistério como nos diferentes campos abertos para a atuação profissional.

Espera-se ainda um profissional capaz de potencializar sua atuação/participação para negociar sua identidade profissional num mercado de trabalho marcado pela acelerada mutação e rompimento de fronteiras corporativistas, cuja postura crítica e competente deva estar vinculada à construção de uma trajetória alicerçada na defesa da ética, dos direitos humanos e da cidadania.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), “A formação de um profissional de educação deve estimulá-lo a aprender o tempo todo, a pesquisar, a investir na própria formação e a usar sua inteligência, criatividade, sensibilidade e capacidade de interagir com outras pessoas” (BRASIL, s/d).

Visa-se, nesse sentido, formar profissionais capazes de refletir criticamente sobre sua própria prática educativa, aprofundando seus conhecimentos teóricos e práticos ao longo de sua atuação. Espera-se também que os egressos do curso compreendam e exercitem o sentido mais profundo da prática da pesquisa na docência. Paulo Freire nos indica que “o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador” (FREIRE, 1996, p. 32).

3. CORPO DOCENTE

Docente	Titulação	IES	Regime de Trabalho	Link do Lattes
Anderson dos Anjos Pereira Pena	Mestre	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/9188378802285261
André Vinícius Martinez Gonçalves	Doutor	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/5047876975955654
Clóvis Henrique Leite de Souza	Doutor	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/9803265519708188
Daniel Séjour Araújo	Mestre	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/9580220112188319
Danilo José Dalio	Doutor	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/2301540278847025

Deborah C. Pinheiro Celentano	Mestre	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/1919584730069279
Gabriel de Paula	Metre	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/4828712053148764
Geraldo Witeze Júnior	Doutor	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/5218822612847031
Hans Magno Alves Ramos	Mestre	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/0488339874198440
Kaithy C. Oliveira	Mestre	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/8042285393532297
Luís Cláudio R. Henriques de Moura	Doutor	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/5369307085044727
Mariana Toledo Ferreira	Doutor	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/5504641286397284
Oberdan Quintino Ataídes	Mestre	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/2921096445432795
Toni César P. Ferreira Barros	Mestre	IFG	DE	http://lattes.cnpq.br/8241571927826017

4. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

Disciplina	Docente Responsável	Carga Horária (hora relógio)
Direitos Humanos e Políticas Públicas	Danilo José Dalio Deborah C. Pinheiro Celentano	32 h
Educação, Cidadania e Ações Coletivas	Clóvis Henrique Leite de Souza	32 h
Relações Étnico-raciais, história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	Luís Cláudio R. Henriques de Moura Gabriel de Paula	32 h
Educação das Relações Étnico-raciais	Hans Magno Alves Ramos	32h
Gênero, Feminismo(s) e Mulheres na história	Kaithy C. Oliveira	32h
Questões sobre Gênero, sexualidade e educação	Mariana Toledo Ferreira	32h
Cidadania ambiental I: história e movimentos sociais	Geraldo Witeze Júnior	32 h
Cidadania ambiental II: campo e cidade	Oberdan Quintino Ataídes André Vinícius Martinez Gonçalves	32 h
Metodologia de Ensino para a Cidadania 1	Daniel Séjour Araújo	32 h
Metodologia de Ensino para a Cidadania 2	Anderson dos Anjos Pereira Pena	32h
Métodos e Técnicas de Pesquisa	Toni César P. Ferreira Barros	40h
Carga Horária Total		360h

5. FLUXO DO CURSO

Disciplinas do 1º semestre de curso:

- 1. Direitos Humanos e Políticas Públicas
- 2. Educação, Cidadania e Ações Coletivas
- 3. Relações Étnico-Raciais, história e cultura africana, afro-brasileira e indígena
- 4. Educação das Relações Étnico-raciais
- 5. Metodologia de Ensino para a Cidadania 1
- 6. Métodos e Técnicas de Pesquisa

Disciplinas do 2º semestre de curso:

- 7. Gênero, Feminismo(s) e Mulheres na história
- 8. Questões sobre Gênero, sexualidade e educação
- 9. Cidadania ambiental I: história e movimentos sociais
- 10. Cidadania ambiental II: campo e cidade
- 11. Metodologia de Ensino para a Cidadania 2

Obs: Em Apêndice, quadro demonstrativo das disciplinas em seus respectivos eixos, e da distribuição das mesmas pelos semestres e organização pela semana.

6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC

Relatar a previsão do trabalho de TCC e descrição de como será realizada essa atividade

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma etapa fundamental da formação nas temáticas da cidadania, da diversidade e dos direitos sociais e ambientais. Incentivando o desenvolvimento da capacidade de fundamentação dos temas tratados ao longo do curso com os diferentes discursos e métodos das ciências humanas, o TCC pretende promover a capacidade de identificação de temáticas, a formulação de problemas, a elaboração de projetos, a identificação de métodos e de técnicas de pesquisa e o controle de planejamento, com integração de conhecimentos na área de formação requerida.

As pesquisas desenvolvidas durante a elaboração do TCC podem apresentar características de métodos distintos, apoiando-se em abordagens baseadas em preceitos amplos das práticas científicas e do *ethos* acadêmico. Preferencialmente, o Trabalho de Conclusão de Curso deve-se voltar a questões que permeiam os debates referentes às problemáticas da Educação para a Cidadania, considerando o ensino e a pesquisa. Da mesma forma, dever-se-á buscar uma prática de pesquisa e sua produção textual, atenta à interdisciplinaridade e aos estudos multidisciplinares pertinentes às propostas de estudo.

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizado com o acompanhamento de um orientador, podendo haver um co-orientador, produzindo uma monografia. O quadro de discentes terá um semestre para a realização do TCC. Esse trabalho deverá ser avaliado por uma Banca, constituída por, ao menos, três membros, sendo o orientador o presidente desta. O resultado da avaliação da Banca

poderá ser: aprovado, aprovado com ressalvas, reprovado. A elaboração do TCC seguirá de acordo com a Resolução N° 008 de 18 de maio de 2015.

7. EMENTAS DAS DISCIPLINAS (dispor na ordem das disciplinas conforme o fluxo do curso)

Direitos Humanos e Políticas Públicas

Carga Horária: 32 horas

Ementa: A gênese, evolução e fundamentação dos direitos humanos. Relações entre Estado e Sociedade. Gestão de políticas públicas para promoção de direitos humanos. Dimensões da cidadania e participação social.

Bibliografia básica:

BOBBIO, Noberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

DAGNINO, Evelina; OLIVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. (Org.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas-SP: Unicamp, 2006.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (Org.) *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Educação, Cidadania e Ações Coletivas

Carga Horária: 32 horas

Ementa: Educação, ações coletivas e formação cidadã. Escola, diversidade e inclusão social. Relação trabalho e educação. Ações coletivas e confronto político. Movimentos sociais populares e lutas sociais.

Bibliografia básica:

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 10ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2017.

MUTZENBERG, Remo. *Ações Coletivas, Movimentos Sociais: aderências, Conflitos e Antagonismo Social*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

Bibliografia complementar:

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
MARTINS, Lígia; DUARTE, Newton. *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.
RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

Relações Étnico-raciais, história e cultura africana, afro-brasileira e indígena

Carga Horária: 32 horas

Ementa: A construção da sociedade brasileira; A questão racial e a Identidade nacional; Práticas e Representações sociais no Brasil; Identidades e Movimentos sociais; Resistência e produção de teórica. História da África e dos povos indo-americanos; O encontro entre os mundos; Culturas e Identidades; Relações étnico-raciais e educação.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/FAPESP/SMC, 1992.
CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
OLIVEIRA FILHO, J. Pacheco de (org.). *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero e Editora UFRJ, 1987.
THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*, Tradução Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro, Editora câmpus: Elsevier, 2004.

Bibliografia Complementar:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
BITTENCOURT, Libertad Borges. *A Formação de um Campo Político na América Latina: as organizações indígenas no Brasil*. Goiânia: Editora UFG. 2009.
MOKHTAR, G. (Org.). *História geral da África, vol. II: A África antiga*. 2ª ed. rev - Brasília:/UNESCO, 2010.
MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. [Orgs.]. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

Educação das Relações Étnico-Raciais

Carga Horária: 32 horas

Ementa: Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas licenciaturas; Construções de Identidades e representações; Educação e Sociedade; Intelectuais, Instituições de Ensino e relações Étnico-Racial no Brasil; Abordagem sobre teorias e

metodologias de enfrentamento do racismo em sala de aula; Educação e abordagens em sala de aula; Movimentos Sociais e Educação para as relações Étnico-Raciais; Promoção da pluralidade, diversidade, diferenças.

Bibliografia Básica:

ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (org.). *Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FONSECA, Marcus V.; SILVA, Carolina Mostaro N. da; FERNANDES, Alexsandra B. (Orgs.). *Relações Étnico-Raciais e educação no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MUNANGA, Kabenguele (org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

Bibliografia Complementar:

LIMA, Maria Nazaré Mota de. (Org.). *Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores/as em história e cultura afro-brasileira e africana*. 3 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7ª ed. São Paulo: Global Editora, 2017.

SANTOS, Joel Rufino. *O que é racismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na Escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI, UNESCO, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Metodologia de Ensino para a Cidadania 1

Carga Horária: 32 horas

Ementa: Fundamentos legais do ensino de cidadania e direitos humanos na educação básica brasileira; Cinema, música, literatura, arte e representações sociais e culturais sobre a diversidade brasileira; Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas licenciaturas; Abordagem sobre teorias e metodologias de enfrentamento do racismo em sala de aula; Formação de professores e ensino de cidadania e direitos humanos.

Bibliografia Básica:

ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (org.). *Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, M.K.L.(orgs.) *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. *Declaração e programa de ação da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos*. Viena,

1993.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03*. Brasília: SECAD, 2005.

CANDAU, Vera. et al. *Tecendo a Cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. (Org.). *Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores/as em história e cultura afro-brasileira e africana*. 3 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2012.

SILVA, A. C.. *A desconstrução da discriminação no livro didático*. Salvador. Editora da UFBA, 2001.

Métodos e Técnicas de Pesquisa

Carga Horária: 40 horas

Ementa: Pesquisa qualitativa e quantitativa; O processo da pesquisa qualitativa; Dados verbais: entrevistas, narrativas e grupos focais; Dados multifocais: observação e etnografia; Dados visuais: fotografia, filme e vídeo; Utilização de documentos como dados; Pesquisas online; Documentação de dados; Codificação e Categorização; Análise de conversação, do discurso e de gênero.

Bibliografia Básica:

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 4ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

FLICK. Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 8ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

GIL, Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.

Gênero, Feminismo(s) e Mulheres na história

Carga Horária: 32 horas

Ementa: Estudo do movimento feminista e a desnaturalização da desigualdade entre homens e mulheres; crítica e compreensão da situação da mulher na sociedade; compreensão da construção da categoria “gênero”; a construção do lugar da mulher na história; resistência e insurgência nos movimentos históricos de mulheres.

Bibliografia Básica:

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: Política da família Soviética e da vida social entre 1917 e 1936*.

Bibliografia Complementar:

GURGEL, Célia (org.). *Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero*. Salvador: REDOR- NEGIF, 2004.
HOLLANDA, Helena Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005.
SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: *Educação e Realidade*, vol. 16, julho-dezembro, pp. 5-22. 1990. Disponível em: https://archive.org/details/scott_gender.

Questões sobre Gênero, sexualidade e educação

Carga Horária: 32 horas

Ementa: Caracterização da pertinência do debate da questão de gênero na escola; discussão das desigualdades de gênero na educação; combate à violência de gênero, promoção da cidadania e respeito à diversidade; introdução geral à abordagem da sexualidade na perspectiva das ciências sociais; estudo das relações entre gênero e sexualidade; corporalidade, gênero e identidades sexuais; compreensão das relações entre gênero, sexualidade e educação.

Bibliografia Básica:

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
LUZ, Nanci Stancki da. CARVALHO Marília Gomes de, CASAGRANDE Lindamir Salette (orgs). *Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola*. Curitiba: Ed. UTFPR, 2009.
PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. (orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Bibliografia Complementar:

FRULANI, Jimena. *Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: UNESCO, Representação no Brasil: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

PEREIRA, Marta Regina Alves. *Nas malhas da diferença: nuances de gênero na educação de crianças*. Ed. UFU, Uberlândia: 2005.

Cidadania ambiental I: história e movimentos sociais

Carga Horária: 32 horas

Ementa: Este módulo relacionará os conceitos de cidadania e sustentabilidade. Primeiro, abordará a história das relações entre o homem e o ambiente, com ênfase nos problemas causados pela ação humana. Em seguida, abordará as iniciativas para reverter o quadro de crescente degradação, destacando os movimentos sociais que atuam nesse campo.

Bibliografia Básica:

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GONÇALVES, C. W. P. *A natureza da globalização e a globalização da natureza*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. *Movimento ambientalista e pensamento crítico: uma abordagem política*. São Paulo: Quartet, 2003.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

RAMOS FILHO, E. da S. *Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n.8, p. 198-215, 1991.

Cidadania ambiental II: campo e cidade

Carga Horária: 32 horas

Ementa: Revolução verde, os principais problemas decorrentes dela e mostrará algumas alternativas, dando ênfase para a agroecologia. Problemas socioambientais urbanos e as tentativas de solucioná-los.

Bibliografia Básica:

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DOSSIÊ. *Abrasco*: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2015.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo*. Do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Unesp, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Panorama da biodiversidade nas cidades*. Avaliação global das conexões entre urbanização, biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) *A produção do espaço urbano*. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CHABOUSSOU, Francis. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ENCICLOPÉDIA *Agrícola Brasileira*. Vols. 1 a 6. São Paulo: EdUSP, 1996.

GOODMAN, David. SORJ, Bernardo. WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Metodologia de Ensino para a Cidadania 2

Carga Horária: 32 horas

Ementa: Combate ao sexismo, violência de gênero e homofobia no espaço escolar. Ações didático-pedagógicas voltadas para a construção da igualdade de gênero e direito à diversidade. Projetos interdisciplinares articulados ao Projeto-Político Pedagógico da escola; Preservação dos recursos naturais: medidas de controle; tecnologia aplicada. Legislação ambiental. Avaliação de impactos ambientais. Energia e meio ambiente. Desenvolvimento e sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006. 96 p.

CARVALHO, I. C. M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

FURLANI, Jimena. *Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HOLLIDAY, Charles. *Cumprindo o prometido: casos de sucesso de desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: câmpus, 2002.

Bibliografia Complementar:

BRANCO, S. M. *Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente*. São Paulo: Edgar Blücher, 1989. 202 p.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 353-358.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LUZZI, D. *Educação e Meio Ambiente* – Uma Relação Intrínseca – Série Sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2012.

SOUSA, N. M. *Educação Ambiental*. Rio de Janeiro: Thex/Universidade Estácio de Sá, 2000. 282 p.

8. INFRAESTRUTURA FÍSICA E ORÇAMENTÁRIA

Identificar os recursos físicos e materiais disponíveis no câmpus para a realização do curso (salas de aula, bibliotecas, recursos tecnológicos, laboratórios etc.)

– Biblioteca com livros das áreas de Ciências Humanas e Educação:

A biblioteca do câmpus Formosa apresenta uma grande quantidade de títulos referentes à área do curso proposto, uma vez que conta com cursos de Licenciatura em Ciências Sociais e Licenciatura em Ciências Biológicas. Ademais dos livros utilizados nos cursos, apresenta ainda periódicos diversos das áreas das Ciências Humanas, filmes e áudios. Oferta também uma zona restrita para o uso individual de computadores com acesso à Internet, espaço para estudos em mesas compartilhadas e cabine de estudos. Por fim, conta-se com uma sala para orientação.

– Laboratório de Ciências Sociais e Humanidades:

O Laboratório está vinculado ao curso de Ciências Sociais e às disciplinas de Humanidades do câmpus, e dispõe de mesas, um computador, lousa, dois armários e bancadas. O espaço é utilizado para orientações de projetos de iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso e reuniões. Também se vivenciam neste laboratório debates e projetos promovidos por núcleos de pesquisa e estudo, de professores e estudantes vinculados aos cursos do câmpus.

– Laboratório de Ensino:

Neste espaço se desenvolvem atividades voltadas principalmente às disciplinas e práticas mais específicas da área da Educação. São locais onde, além das disciplinas, ocorrem encontros referentes ao PIBID e também orientações.

– Laboratórios de informática:

O Câmpus conta com dois laboratórios de informática, possuindo cada um vinte (20) computadores, ligados à Internet. Neste recinto há lousa e Datashow para uso recorrente.

– Salas de Aula:

As diversas salas de aula da instituição são compostas por espaços próprios, de diferentes tamanhos, com carteiras individuais, lousa e Datashow.

– Material de apoio:

Conta-se com material de apoio às aulas, como projetores móveis, caixas de som, fotocópias, pincel, papel, material de escritório, acesso à Internet, etc.

– Teatro Guaiá:

O Teatro Guaiá conta com amplo espaço, com capacidade de trezentos (300) lugares, palco, material de projeção de áudio e som, e ar condicionado. Neste espaço são realizadas diversas atividades acadêmicas e culturais.

– Estrutura Orçamentária: o curso utilizará os recursos do câmpus.

9. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35ª ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010a.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2010.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996a, p. 27894. Disponível em: <www.senado.gov.br/legbras>.
- BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 08/04/2014.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso: 10/06/2015.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n. 4/98. Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF, 1998b.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtm>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília (DF), 2004.

Disponível em: <www.mec.gov.br/cne>.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10/10/2015.

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Parecer n. 15/98, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998.

D'ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FERNANDES, Ângela Viana Machado e PALUDETTO, Melina Casari. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (Orgs.). Relações Étnico-Raciais e educação no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. (Org.). Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

JESUS, Zeneide Rios de. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: __. Antropologia Estrutural Dois. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MEC. Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. In: Revista Estudos Avançados. Vol. 18, nº 50, 2004, p. 51-56.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In:

Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v. 19, set. 2006, pp. 287-308 PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. O pensamento Negro em educação no Brasil. Editora da UFSCAR: São Carlos/SP, 1997.

SIQUEIRA, Madson Ronni, VALENTIN, Silvani dos Santos. Questões Étnico- Raciais: a relevância na prática didático-pedagógica dos professores do curso técnico em Mecânica do CEFET-MG. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais-SENEPT-GT-09, 2009.

TAVARES, Celma e BALLESTRERI, Ricardo. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa

M. G. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. Martins Fontes: São Paulo, 2010.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. Educação e Pesquisa, v. 36, n.3, p. 705-718, set./dez. 2010.

VIANA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero e educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de política públicas no Brasil. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a05v2795.pdf>

10. APÊNDICE

Quadro de disciplinas por eixo e quadro de distribuição de disciplinas pelos dias da semana

EIXOS TEMÁTICOS / DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Eixo 1 – Cidadania e Direitos Humanos	64 horas
1. Direitos Humanos e Políticas Públicas	32 horas
2. Educação, Cidadania e Ações Coletivas	32 horas
Eixo 2 – Relações Étnico-raciais, história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	64 horas
3. Relações Étnico-Raciais, história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	32 horas
4. Educação para as relações étnico-raciais	32 horas
Eixo 3 – Relações de Gênero e sexualidade	64 horas
7. Gênero, Feminismo(s) e Mulheres na história	32 horas
8. Questões sobre Gênero, sexualidade e educação	32 horas
Eixo 4 – Ambiente e Sociedade	64 horas
9. Cidadania ambiental I: história e movimentos sociais	32 horas
10. Cidadania ambiental II: campo e cidade	32 horas
Eixo 5 Metodologia de ensino e de pesquisa	104 horas
5. Metodologia de ensino para cidadania 01	32 horas
11. Metodologia de ensino para cidadania 02	32 horas
6. Métodos e Técnicas de pesquisa	40 horas
Carga Horária Total das Disciplinas	360 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	100 horas

<i>Semestre</i>	<i>Semana</i>	<i>Bloco</i>	<i>Sexta noite</i>	<i>Sábado manhã</i>	<i>Sábado tarde</i>
	Semana 1	Bloco I	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3

1º Semestre	Semana 2		Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3
	Semana 3		Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3
	Semana 4		Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3
	Semana 5		Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3
	Semana 6		Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3
	Semana 7		Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3
	Semana 8		Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3
	Semana 9		INTERVALO		
	Semana 10	Bloco II	Disciplina 4	Ensino 01	MTP
	Semana 11		Disciplina 4	Ensino 01	MTP
	Semana 12		Disciplina 4	Ensino 01	MTP
	Semana 13		Disciplina 4	Ensino 01	MTP
	Semana 14		Disciplina 4	Ensino 01	MTP
	Semana 15		Disciplina 4	Ensino 01	MTP
	Semana 16		Disciplina 4	Ensino 01	MTP
	Semana 17		Disciplina 4	Ensino 01	MTP
	Semana 18				MTP
	Semana 19				MTP
	2º Semestre	Semana 1	Bloco III	Disciplina 5	Disciplina 6
Semana 2		Disciplina 5		Disciplina 6	Disciplina 7
Semana 3		Disciplina 5		Disciplina 6	Disciplina 7
Semana 4		Disciplina 5		Disciplina 6	Disciplina 7
Semana 5		Disciplina 5		Disciplina 6	Disciplina 7
Semana 6		Disciplina 5		Disciplina 6	Disciplina 7
Semana 7		Disciplina 5		Disciplina 6	Disciplina 7
Semana 8		Disciplina 5		Disciplina 6	Disciplina 7
Semana 9		INTERVALO			
Semana 10		Bloco IV	Disciplina 8	Ensino 02	
Semana 11			Disciplina 8	Ensino 02	
Semana 12			Disciplina 8	Ensino 02	
Semana 13			Disciplina 8	Ensino 02	
Semana 14			Disciplina 8	Ensino 02	
Semana 15			Disciplina 8	Ensino 02	
Semana 16			Disciplina 8	Ensino 02	
Semana 17			Disciplina 8	Ensino 02	
Semana 18					
3º Semestre	TCC				

Formosa, 25 de setembro de 2018.